

# Direitos Humanos em debate

27 NOV 2002

JORNAL DO BRASIL

## Abandono de filhos é criticado

Apesar de ter sido criado há 12 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ficou restrito ao papel, em parte considerável de suas diretrizes. Há uma grande defasagem entre o que determina a lei e o cotidiano nas instituições de atendimento a menores.

A conclusão do educador Antonio Carlos Gomes da Costa, consultor do Unicef, foi compartilhada por mais sete especialistas reunidos ontem no Hotel Glória, em uma mesa-redonda sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil. O debate, assim como outro, sobre discriminação, foram promovidos pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça e pelo **Jornal do Brasil**.

Um dos elaboradores do ECA, Antonio Carlos ressaltou que, diante da violência cometida por crianças e adolescentes, a sociedade dá mais atenção às medidas punitivas, des-

considerando o contexto social em que os menores infratores estão inseridos.

– Se fosse feito um plebiscito hoje, os direitos humanos da criança e do adolescente sofreriam um retrocesso e não um avanço – observou o consultor.

Sobre os recentes crimes envolvendo jovens de classe média alta, o juiz da 1ª Vara da Criança e do Adolescente, Siro Darlan, disse que são resultado do abandono dos filhos pelos pais, extensivo a todos os segmentos sociais.

– A negligência do pátrio poder existe mesmo com dinheiro no banco. O abandono também existe nas classes mais favorecidas.

As políticas públicas também foram alvo de crítica em uma mesa-redonda em que seis especialistas debateram o tema da discriminação.

Para o economista Sergei Soares, pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a cota para negros nas universidades deve ser adotada de forma temporária, apenas para sanar um problema que deve ser solucionado com medidas de inclusão no ensino básico e médio.

Já o antropólogo Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia, sugere que as delegacias registrem dados para ajudar nas estatísticas dos chamados crimes de ódio, praticados em virtude da cor, orientação sexual e religiosa das vítimas.

No Dia Mundial dos Direitos Humanos, comemorado em 10 de dezembro, o **Jornal do Brasil** publica um caderno especial sobre os temas debatidos nas duas mesas-redondas.